

Planalto estuda Operação Mãos Limpas

José Varella/AE—9/11/93

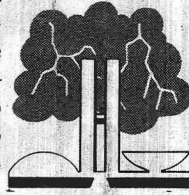
Assessores do presidente já redigiram primeira versão de projeto que cria comissão especial

LUIZ MAKLOUF CARVALHO

O presidente Itamar Franco vai enviar ao Congresso emenda constitucional propondo a criação de uma comissão de notáveis para apressar a apuração dos casos de corrupção — mais ou menos ao estilo do juizado de instrução existente na Itália. A idéia foi levada ao presidente pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Itamar gostou da proposta e determinou estudos jurídicos imediatos para poder apresentá-la no processo de reforma constitucional. O primeiro rascunho do projeto foi entregue a Bisol no começo da tarde de ontem pelo assessor jurídico da Presidência, Alexandre Martins Dupeyrat. O porta-voz Francisco Baker confirmou, à noite, que “o presidente está levando bastante em conta as sugestões” de Bisol.

“As questões jurídicas estão sendo analisadas”, revelou Baker. Bisol defendeu a criação da comissão de notáveis durante audiência na terça-feira, da qual também participou o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Dupeyrat esteve presente, a convite do presidente, para opinar juridicamente.

“O presidente gostou da proposta”, confirmou Dupeyrat. “Não há dúvida de que ele está interessado em criar mecanismos para agilizar a repressão aos ilícitos contra o patrimônio público.” Segundo o assessor,



BISOL: “O BRASIL PODE VIRAR O PAÍS DAS CPIS”

a sugestão de Bisol visa “adaptar o juizado de instrução italiano ao quadro jurídico do País”. Ele preparou a minuta que levou a Bisol a pedido de Itamar. “Estou esperando que ele a examine e me dê uma resposta”, comentou. Segundo Dupeyrat, “a idéia é do senador Bisol, e o presidente não gostaria de se apropriar dela”. Segundo o assessor, o conselho, escolhido pelo presidente da República, passaria pelo aval da Câmara e do Senado. “Há dificuldades jurídicas, mas não há dúvida de que a matéria é decididamente de alçada constitucional”, avaliou.



Simon, Bisol e Itamar reunidos: idéia é agilizar a repressão a crimes contra o patrimônio público

“O interesse do presidente me entusiasmou”, comentou Bisol. Na audiência de terça-feira, Itamar ouviu dele um discurso mais denso, mais grave e mais articulado sobre a crise institucional que o País atravessa. “Eu disse ao presidente que o Brasil pode virar o país das CPIS, na medida em que a corrupção está enraizada nas instituições”, afirmou. “Mostrei que daqui a pouco vamos ter a CPI das Empreiteiras, do Sistema Financeiro, um milhão de CPIS se espalhando pelos Estados e desse jeito ninguém consegue gerenciar nada.”

Ele sugeriu ao presidente “a criação de um organismo constitucional, ao estilo italiano, com poderes jurisdicionais amplos, capaz de fazer uma devassa de todas as insti-

tuições brasileiras, incluindo o sistema financeiro e a relação empresas—Estado”. Essa comissão seria constituída de “dez notáveis de ilibada honradez, nenhum deles com cargo público, escolhidos diretamente pelo presidente”.

O senador Pedro Simon, que participou da conversa, levantou eventuais problemas para a aprovação da emenda no Congresso. “Se ela for apresentada no momento correto, passa”, argumentou Bisol. Simon, que apoiou a sugestão do colega, voltou a levantar dúvidas sobre eventuais reações do Judiciário. “É mais um sinal de que isso tem de ser feito”, contrapôs Bisol, esquivando-se de dar detalhes sobre a minuta que recebeu do assessor jurídico. “Ainda vou examinar.”